

## **Intervenção inicial da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública**

### **Audição regimental na Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local**

Assembleia da República, Lisboa, 2 de fevereiro de 2021

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Regresso a esta comissão quase um ano depois de termos iniciado uma das mais duras travessias da nossa história recente, enquanto país. A pandemia alterou as nossas vidas, obrigou-nos a redefinir os modelos de trabalho, mudou a forma como nos relacionamos com as instituições, mas, sobretudo, mudou a forma como olhamos para o futuro.

Neste cenário de incerteza, cabe ao Estado ser um garante de estabilidade, mas também ser suficientemente ágil para responder aos desafios de cada momento.

No respeito ao primeiro ponto – o da estabilidade - dou-vos conta dos compromissos assumidos e cumpridos por esta Área Governativa nos últimos três meses:

- ✓ Ainda no fim do ano de 2020, concretizámos uma medida há vários anos aguardada pelos trabalhadores da Administração Pública. Alargámos o direito de inscrição na ADSE aos trabalhadores com contrato individual de trabalho (CIT), abrangendo um universo potencial de 100 mil trabalhadores, dos quais 60 mil pertencem ao setor da saúde. Esta era uma questão da mais elementar justiça e igualdade e reflete a responsabilidade do empregador público para com a proteção dos seus trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo que possuem. É também um contributo importante para a sustentabilidade do subsistema de saúde, a médio prazo. Em menos de duas semanas, foram inscritos 2.142 novos beneficiários.
- ✓ Ainda no que se refere à ADSE, cumprimos e até ultrapassámos o objetivo de reduzir em 25% o prazo de pagamento dos reembolsos. Passámos de 90 dias, em dezembro de 2019, para os atuais 55 dias e reduzimos o número de faturas pendentes de validação de 700 mil para 100 mil.
- ✓ Mantivemos também o nosso compromisso com a proteção dos rendimentos dos trabalhadores públicos e fomos mais longe aumentando não só a base remuneratória para a Administração Pública, mas também os níveis 5, 6 e 7 da Tabela Remuneratória

Única (TRU), num total de 148 mil trabalhadores, através do diploma publicado ontem mesmo em Diário da República. No atual cenário de crise económica, estes aumentos representam um significativo esforço orçamental e um claro sinal em matéria social.

- ✓ Sentámo-nos à mesa com os sindicatos e, além da proposta salarial, comprometemo-nos a iniciar, até ao final de março, a negociação do SIADAP, conscientes de que a capacidade de atração de quadros mais jovens e qualificados dependerá sempre da perspetiva de carreira que a Administração Pública lhes possa oferecer.
- ✓ Ainda no que toca à proteção dos trabalhadores, foi já divulgada pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) a circular que permite operacionalizar para a Administração central o pagamento do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade, previsto na Lei do Orçamento do Estado para 2021. Ainda esta semana, em reunião marcada para amanhã, trabalharemos com a ANMP e com a ANAFRE, na parte respeitante às autarquias, para a operacionalização da atribuição deste suplemento para os trabalhadores da Administração local, através da Direção-Geral, no respeito pela autonomia local.
- ✓ Muito em breve estaremos também em condições de lançar os cerca de 500 estágios previstos no Orçamento do Estado e cujo processo legislativo já está bastante avançado. Este programa trará sangue novo à Administração Pública e permitirá que jovens

qualificados possam adquirir experiência, trabalhando em projetos concretos e limitados no tempo, em áreas fundamentais como a transição digital.

- ✓ Na última vez que aqui estive, falei-vos da dimensão e da complexidade que envolveu o processo de recrutamento centralizado de 1.000 técnicos superiores. Foi aberta a primeira oferta de colocação para 60 profissionais que vão integrar o futuro Centro de Competências de Apoio à Política Externa – especialmente importante no apoio à PPUE – e que, muito em breve, serão abertas novas ofertas.
- ✓ Este avanço beneficia também das alterações ao recrutamento, que eliminou a fase da entrevista e tornou o processo mais ágil, por exemplo, possibilitando que várias fases do procedimento ocorram em simultâneo, sem perda de transparência ou de garantias para os candidatos.

Senhoras e Senhores deputados,

Como sempre tenho dito, 2020 foi um teste à resiliência e à capacidade de adaptação dos serviços públicos, que mantiveram em muitos casos as suas valências presenciais:

- ✓ As Lojas de Cidadão realizaram 3 milhões de atendimentos presenciais, apesar das regras de segurança impostas pela pandemia e do seu encerramento temporário.

- ✓ O atendimento de proximidade – fundamental para garantir o acesso de todos aos serviços públicos – foi reforçado com a abertura de mais de uma centena de novos Espaços Cidadão, ao mesmo tempo que o catálogo de serviços oferecido por estes balcões foi alargado. Hoje, é possível renovar o Cartão de Cidadão (CC) em 580 Espaços Cidadão e, destes, 60 permitem também fazer o levantamento no local.

O país conta, agora, com uma rede de 59 Lojas de Cidadão e 742 Espaços Cidadão distribuídos por todo o território nacional, fruto de uma articulação muito profícua entre a Administração Central e as Autarquias, que queremos aprofundar. Aliás, foi nesse sentido, e mais uma vez dando cumprimento ao Orçamento do Estado de 2021, que foi hoje publicada a portaria que fixa, como receita devida às entidades gestoras dos Espaços Cidadão, 10% do valor total cobrado pelos serviços prestados naqueles balcões. Trata-se de mais uma medida constante da LOE 2021 que fica cumprida no primeiro mês do ano.

Paralelamente à aposta na proximidade, mantém-se o reforço dos serviços públicos digitais que, em plena crise pandémica, assumem uma importância redobrada, permitindo que cidadãos e empresas possam aceder a mais de 200 serviços online, sem necessidade de deslocações:

- ✓ Entre janeiro e dezembro, foram realizados perto de 240 mil pedidos de renovação do CC online e 270 mil alterações de morada.

- ✓ As Chaves Móveis Digitais quase duplicaram para 2,5 milhões, sendo que destas mais de 1,6 milhões estão ativas, o que significa que foram de facto utilizadas para aceder a algum serviço.
- ✓ Nos serviços dedicados às empresas foram tramitados mais de 76 mil pedidos, com destaque para a Declaração de estabelecimento Saudável & Seguro para Alojamento Local, que foi o mais procurado.
- ✓ No total do ano, o portal ePortugal, gerido pela Agência para a Modernização Administrativa, permitiu a realização de mais de meio milhão de serviços e acumulou mais de 7 milhões de visualizações de página.
- ✓ A atividade dos centros de contacto da AMA também registou um aumento significativo, com um total superior a 1,7 milhões chamadas e cerca de 400 mil emails. Com o agravamento da situação pandémica, as linhas telefónicas para cidadãos e empresas passaram de um volume médio mensal de 54 mil chamadas para um volume superior a 160 mil.

Quando a Administração Pública foi chamada a adaptar-se aos constrangimentos provocados pela pandemia, foi possível tirar partido da infraestrutura de serviços públicos digitais e da dinâmica de inovação em que temos vindo a investir nos últimos anos, tendo o SIMPLEX como um dos seus principais motores.

Se é verdade que a execução do iSimplex, tal com tinha sido concebido no início de 2019, foi afetada pela pandemia, também é

verdade que o Simplex acabou por ser um instrumento fundamental de resposta à crise, com o lançamento de um novo pacote extraordinário medidas de simplificação. Às 119 medidas iniciais somaram-se mais 195 e, no total das 314 medidas que compõe este “super” Simplex, atingimos uma taxa de execução de 86%.

Permitam-me destacar deste “Simplex Covid” os SMS para pedido de ajuda em casos de Violência Doméstica; o Portal Covid-19 que já registou quase 3 milhões de acessos e o aumento do número de serviços digitais – com a disponibilização da Declaração de Nascimento Online, o Pedido de reembolso 100% online para beneficiários da ADSE ou o Balcão Digital da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Senhoras e Senhores deputados

A evolução dos serviços públicos digitais é uma das grandes apostas deste Governo, no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que prevê um investimento sem precedentes na modernização da Administração Pública

Prevemos o reforço da infraestrutura de interoperabilidade da Administração Pública e o desenvolvimento de novos serviços integrados, num investimento de 275 milhões de euros. Tudo isto numa lógica de interface único com o cidadão – uma Loja de Cidadão Virtual – e de omnicanal, que resultará numa maior eficácia e

eficiência da AP e num acesso mais fácil e cómodo para os cidadãos e as empresas.

Ainda no domínio da tecnologia, demos um passo muito importante no sentido de obter ganhos de eficiência, aumentar a flexibilidade e alavancar a inovação e a transformação digital, com a aprovação da Estratégia Cloud para a Administração Pública, no CTIC (Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública).

A computação em cloud – que permite o acesso a um conjunto partilhado de recursos de computação disponibilizados de forma rápida, reduzindo o esforço de gestão e simplificando a interação com o fornecedor de serviço – é considerada o pilar da economia digital da União Europeia e queremos estar entre os Estados pioneiros nesta matéria.

A tecnologia é também um instrumento de desburocratização, na medida em que permite simultaneamente simplificar, modernizar e tornar os processos mais transparentes.

Neste âmbito, o Portal da Transparência, que está a ser desenvolvido pela AMA e pela ADC, permitirá a todos os cidadãos acompanharem e escrutinarem utilização e execução dos fundos europeus. Mas a sua função não fica por aqui. O novo Portal da Transparência será uma plataforma de acesso livre, simples e transparente com informação distribuída por 4 separadores: Fundos Comunitários; Orçamento do Estado; Contratação Pública; e Desempenho da Administração Pública.

Senhoras e Senhores deputados,

Em dezembro, eu e Senhor SEDAL iniciámos um conjunto de reuniões, por via telemática, com as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, para fazer um balanço e um levantamento das necessidades das autarquias face ao atual contexto pandémico. Têm sido reuniões muito proveitosas que confirmam o papel determinante e insubstituível que as autarquias têm desempenhado no combate à COVID-19.

Desde o início da crise pandémica que se desenvolveu um trabalho de coordenação entre o Poder Local e o Estado Central, de modo a encontrar respostas céleres e de proximidade, tornando mais eficientes as medidas adotadas. Nesse sentido, foi já publicado o diploma que prorroga as medidas excecionais de apoio às autarquias, umas até 30 de junho e outras até 31 de dezembro, no uso da autorização concedida ao Governo pela LOE.

Neste contexto e apesar da dura realidade que se impôs ao dia-a-dia dos autarcas de todo o país, o processo de descentralização de competências para os municípios continua a avançar com passos firmes:

- ✓ Foi publicado o despacho com a listagem do património imobiliário público sem utilização e os secretários de Estado já homologaram pedidos de transferência de competências e de imóveis.

- ✓ Continuamos a celebrar protocolos de transferência de competências de gestão das lojas de cidadão.
- ✓ Assinámos os primeiros autos de transferência nas áreas da Saúde e da Cultura.
- ✓ Na Habitação, o IHRU já disponibilizou a lista dos bens imóveis destinados a habitação social por município e passíveis de serem transferidos, estando em preparação os despachos de constituição de comissões de análise nos municípios de Olhão, Peniche e Guarda.
- ✓ Na Ação Social, a publicação do respetivo decreto-lei que deu a conhecer às autarquias os termos próprios das competências a transferir à luz da Lei-Quadro da Descentralização e está para muito breve a publicação das portarias respetivas

Ainda na área das autarquias locais, fizemos também chegar aos senhores deputados uma proposta de Lei que estabelece o regime de criação, extinção e modificação de freguesias, colmatando um vazio legal existente desde 2013. Este é um diploma que, com o tive oportunidade dizer nesta casa, na semana passada, define critérios gerais e abstratos que atendem a vários fatores e, em especial, à vontade das populações representadas nos órgãos democraticamente eleitos e ao respeito pela identidade dos territórios, assim como à garantia da presença do Estado em todo o território, contribuindo para a coesão social e territorial

Senhoras e Senhores deputados,

Deparamo-nos mais uma vez com a necessidade de manter em casa os trabalhadores da Administração Pública com funções compatíveis com o teletrabalho num número total que, na administração central, ronda os 70 mil.

Deparamo-nos mais uma vez com a necessidade de limitar o atendimento presencial nos serviços públicos, para garantir a segurança de todos, utentes e trabalhadores.

Mas mais uma vez vos asseguro que, tal como em março, a máquina do Estado manter-se-á a funcionar e a responder às necessidades dos cidadãos e das empresas, com a mesma determinação, a mesma capacidade para inovar e, agora, mais preparada do que no passado.

E que a área governativa MEAP continuará a trabalhar no cumprimento do programa do Governo e dos compromissos assumidos na LOE 2021.

Muito obrigada!

Fico agora disponível para responder às vossas perguntas.